



**Ata da Assembleia Ordinária do COMTUR – 14/07/2016**  
**Salão Nobre do CEFET, Rua do Imperador 971 – Centro – Petrópolis**

**PRESENTES:** Carlos Mariz (ABIH); Stefany Moreira (AGFAP); Eva da Silva Brandão (Atitude Artesanal); Pasquale Cutrupi (Casa D'Italia Anita Garibaldi); Frederico F. Oliveira (CEFET/UNED – Petrópolis); Aymê Magno da Silva (CEJA); Emygdia Hoelz (Clube 29 de Junho); Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Petrópolis); Gislaine Dias Soares (FASE); Evany Noel Carvalho (FCTP/Vice-Presidente do COMTUR); Raquel Neves (FCTP); Jonny Klemperer (FIRJAN) Marisa Guadalupe Plum (IHP); Frederico Haack (IHP); Isabela Verleun (Museu Imperial); Camila Thees (PCVB); Leonardo Faver (Secretaria de Agricultura); Fernando Rossi (Secretaria de Educação); Maria Fernanda Secco (Secretaria de Educação); Rosana Portugal (Secretaria do Meio Ambiente e Des. Sustentável); Lúcia Fernandes Ribeiro (Secretaria de Obras); Renato Winter (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico); Evandro Marcolino (Secretaria de Segurança Pública); Cláudia Farias (Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania); Rosemeri Silva (SICOMÉRCIO); Flávio Cacilhas (SINCOMPE); Germano Valente (SindPetrópolis / Presidente COMTUR); Graça Rodrigues (UCP);

**AUSENTES JUSTIFICADOS:** Nelcyr A. Costa Filho (COMDEP); Elizabeth Maller (Mitra Diocesana de Petrópolis); Claudia Pacheco (SEBRAE); Marília Mills (SENAC).

**AUSENTES NÃO JUSTIFICADOS:** APA; ASCOM; CPTrans; FECOMÉRCIO; IPHAN, Secretaria de Ciência e Tecnologia; Secretaria da Fazenda; Subprefeitura.

**OUVINTES:** Cibele Raposo (Condutores de Vitória); Roberto Raposo (Condutores de Vitória); Adalberto Raposo (Condutores de Vitória); Roni Silva (Condutores de Vitória); Roan Cunha (Massas Luigi); Raiza Borges Pitzer (Parente Condutores de Vitória); Vanuza Ferrari (Parente Condutores de Vitória); Célia D'Azevedo (PCVB); Ramon Guimarães (PCVB); Solimar Leal (OAB);

**CONVIDADOS:** Magno José Santos de Souza (Presidente do Instituto Jogo Legal); May-Lin Falconi da Rocha (FCTP); Daniela Marques (SindPetrópolis);

A reunião teve início às 16h25

### **1. Aprovação da Ata da Assembleia Ordinária de junho de 2016.**

A Ata da Assembleia Ordinária enviada previamente por e-mail foi aprovada por unanimidade.

### **2. Comunicações**

**FCTP – Evany Noel.**

**a) Participação da FCTP na 20ª Feira da AVIRRP (Associação das Agências de Viagens de Ribeirão Preto e Região), com estande próprio do destino turístico Petrópolis.**

Sra. Evany anunciou que a FCTP irá participar da 20ª feira da AVIRP, no início de agosto, com o PCVB como convidado.

## **b) Lançamento do Passaporte Cultural de Petrópolis**

Sra. Evany anunciou também, o lançamento do Passaporte Cultural de Petrópolis, que foi apresentado pela Museóloga Ana Carolina (FCTP) em outra assembléia do COMTUR, no dia 21 de julho no espaço da InterTv. Disse também que além dos atrativos culturais, conseguiram incluir no passaporte, a maioria dos empreendimentos do Tour da Experiência.

**Presidência do COMTUR – Germano Valente**  
**– Marcar reunião do GT Requalificação de Eventos para apresentação dos resultados da Bauernfest 2016 na próxima assembleia.**

O Sr. Germano comentou sobre a apresentação dos resultados da Bauernfest, que gostaria que o GT de requalificação de eventos se reunisse para que na próxima assembléia fossem apresentados não só os dados que a Sra. Evany e FCTP têm, mas também os dados qualitativos do próprio grupo. A reunião ficou marcada para quarta-feira, dia 3 de agosto às 15h, na Fundação de Cultura e Turismo.

### **3 – Apresentação: Palestra “Legalização de Jogos no Brasil”, com Magno José Santos de Souza**

Sr. Germano chamou o Sr. Magno José Santos de Souza que é Presidente do Instituto Jogo Legal. O Sr. Magno se apresentou como pesquisador e disse que vem estudando a questão da legalização do jogo e agora quando o Congresso Nacional e o Governo brasileiro decidiram legalizar essa atividade, ele foi convidado para ser um dos consultores na produção da lei que está tramitando hoje no Congresso Nacional. Foram criadas duas comissões especiais: uma na Comissão Especial na Câmara dos Deputados e uma Comissão no Senado Federal, onde a última, a Agenda Brasil já aprovou e o projeto no senado só falta ser aprovado no plenário. Na Câmara dos Deputados a Comissão Especial já tem um relatório final e esse relatório está em fase de aprovação, ficou agora para a primeira quinzena de agosto, após o recesso e depois irá a plenário. Estima-se que até o final do ano provavelmente o Brasil terá uma nova lei, um novo marco regulatório dos jogos do Brasil. Essa lei envolve todas as modalidades que hoje são apostadas na clandestinidade. O Sr. Magno começou explicando que no dia 30 de abril de 46, Caribé da Rocha – diretor do Cassino Copacabana Palace – dirigiu-se à mesa de roleta, cercada de apostadores, amigos e funcionários e disse: “Senhoras e Senhores, façam suas apostas para a última rodada de roleta no Brasil!” Naquele momento, 71 cassinos foram fechados, 53.200 pessoas estavam desempregadas. Inclusive o Quitandinha que nessa época era o maior cassino da América do Sul. O Brasil tem uma das legislações mais antigas e inadequadas na área de jogos e loteria do mundo. O Sr. Magno disse que a nossa lei vigente mais nova, data do ano de 1967. As Loterias da Caixa movimentam 13,5 bilhões, as Loterias Estaduais movimentam 400 milhões e os *jockeys* movimentam 300 milhões, ou seja, as apostas legais movimentam 14,2 bilhões de reais por ano. O Sr. Magno lembrou que o Jockey Club é uma atividade que tem tido muito problema, está hoje num processo muito decadente. Das Loterias Estaduais que o Brasil tem, hoje, só 5 estão em operação: Rio de Janeiro, Minas, Piauí e Ceará, os outros estados não têm loteria em operação. Movimento geral de Apostas ilegais: 20 milhões de pessoas jogam no jogo do bicho, movimentando 12 bilhões de reais. Existem 300 bingos ilegais no país, movimentando 1,3 bilhões de reais. 220mil máquinas de caça-níqueis que movimentam 3,6 bilhões de reais e o jogo online/internet que movimenta 3 bilhões de reais. Jogo do bicho, bingo, caça-níqueis, jogo online/internet. Ou seja, o jogo ilegal movimenta em torno de 19,9 bilhões e seria mais ou menos como: a cada 3 reais apostados, 2 vão pro jogo ilegal e 1 real

para o jogo legal. O Sr. Magno disse que são por esses motivos que é importante que tenhamos uma reflexão e que o Brasil não consegue mais ficar mais 70 anos com jogo na ilegalidade. Disse também que se somarem o movimento geral de apostas legais com as ilegais, hoje o Brasil teria um movimento geral de apostas totalizando 34,1 bilhões. Dos 156 países que formam a Organização Mundial do Turismo, 71,16% têm o jogo legalizado e dos 28,84% (45) que não legalizaram a atividade, 75% são países islâmicos. Dos países que formam o G20, 93% das nações têm os jogos legalizados em seus territórios, os 6,97% que não permitem correspondem a três países: Brasil, Arábia Saudita e Indonésia, sendo os últimos dois, países islâmicos. Dos 193 países membros da ONU, 75,52% têm o jogo legalizado, sendo que o Brasil está entre os 24,48% que não legalizaram esta atividade. Entre os 34 países que formam a Organização para Cooperação e Desenvolvimento ou Econômico (OCDE), ou seja, países mais ricos do mundo, apenas a Islândia não permite jogos em seu território. Sr. Magno disse que hoje, no mundo, existem 6.848 cassinos. Só na América do Norte, são 2.458 cassinos, sendo 1.988 nos EUA e 157 no Canadá. Sr. Magno explicou que até o ano de 1987 existiam muito poucos cassinos nos EUA e então os índios da Califórnia decidiram fazer um cassino na reserva indígena deles. O estado da Califórnia questionou na suprema corte americana essa independência dos índios da reserva indígena da Califórnia. A Suprema Corte americana deu ganho de causa aos índios e todas as tribos indígenas passaram a ter direito a ter cassinos. Por isso, o crescimento do número de cassinos foi muito grande nos EUA, porque como os governadores dos estados perceberam que os índios começaram a ter cassinos, as loterias estaduais também começaram a fazer plebiscitos junto com as eleições americanas e de 1987 pra cá, houve um crescimento muito grande no número de cassinos Norte Americanos. São 198 cassinos na África, 270 na Ásia que possui a nova capital do jogo (Las Vegas é a capital dos congressos e convenções no mundo, o jogo representando apenas 30% da indústria) Macau, com 43 cassinos. América Central e do Sul possuem 535 cassinos, sendo 160 deles na Argentina, 86 na Colômbia, 61 no Peru, 35 no Uruguai, 06 no Paraguai e 28 no Chile. Na Europa são 2.624 cassinos e na Oceania são 602, com destaque para a Austrália que tem 524 cassinos. O Sr. Magno disse que o Potencial de Mercado de um país, geralmente é calculado baseado de acordo com o PIB. Ele equivale sempre a 1% do PIB daquele país. Sr. Magno explicou então que como tivemos no ano passado, um PIB de 5,904 trilhões, são 59 bilhões de potencial, a média da tributação mundial do jogo é de 30%, dando uma previsão de arrecadação anual de 17,7 bilhões de reais, sendo que junto a estes valores não estão contidos as licitações, as outorgas e toda a cadeia produtiva do jogo. São 14 projetos reunidos na câmara dos deputados, foram realizadas 14 audiências públicas, foram ouvidos 35 especialistas no setor e agora estão em fase de relatório final. No Senado, o texto já foi aprovado na Comissão Especial. Prevê-se a legalização das operações de cassinos, jogo do bicho e bingos, presenciais e online. O projeto que está no Senado é de autoria do Senador Ciro Nogueira, está atualmente no plenário, o relator de plenário é o Senador Fernando Bezerra e o projeto seria votado, mas o senador pediu mais um tempo, pois gostaria que o Ministério Público e a Polícia Federal enviem sugestões para melhorar o sistema de fiscalização que já está proposto no projeto e diminuir as resistências que esses dois órgãos tem com relação a legalização. Sr. Magno disse que neste projeto está previsto que o Brasil poderá ter 35 cassinos, sendo no máximo 3 por estado e no mínimo 1 por estado. Sendo que Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia são os três estados que praticamente terá 3 cassinos cada um. No texto está previsto que não é Cassino e sim Hotel Cassino. Ou seja, um complexo turístico que tem que ser construído o hotel cassino, não adaptado. Dentro desse projeto também existe uma prerrogativa que as áreas onde esses complexos serão construídos, não podem ser urbanas, de grande concentração de população e obrigatoriamente em regiões turísticas. Sr. Magno disse que acredita que a região turística daqui têm capacidade pra receber uma dessas unidades; O

credenciamento para a exploração dos jogos de azar em cassinos será concedido pelo prazo de 30 anos. Os cassinos deverão funcionar junto a 'complexos integrados' de lazer construídos especificamente para esse fim. Os complexos integrados de lazer deverão conter no mínimo: acomodações hoteleiras de alto padrão; locais para a realização de reuniões e eventos sociais, culturais ou artísticos de grande porte; restaurantes e bares; centros de compras; Já os bingos têm que ter capacidade mínima para 250 pessoas; máximo de 500 máquinas de vídeo bingos por bingo; somente poderão operar vídeo bingos; poderão ser instalados 1 bingo a cada 150 mil habitantes; Sr. Magno comentou que pelo que o Sr. Germano o informou a cidade têm acima de 300 mil habitantes, então Petrópolis seria capaz de receber 2 bingos. Disse também que se a lei for aprovada, a cidade do Rio de Janeiro teria 42 bingos, São Paulo teria 75 bingos e Minas Gerais poderá ter 9 bingos. O Sr. Magno passou alguns dados com relação ao turismo e aos cassinos: A cidade de Las Vegas, contabilizou a presença de 41,1 milhões de visitantes em 2014, apenas os cassinos da Strip de Las Vegas, tiveram receita de US\$ 6,5 bilhões no ano passado. Macau, outra cidade que tem o jogo como o carro forte de sua economia, recebeu 31,5 milhões de pessoas e em 2014, os cassinos de Macau faturaram cerca de US\$ 37,7 bilhões. Sr. Magno então disse que é claro que o mundo não terá outra Las Vegas e outra Macau e que cassino, fora essas duas cidades, não atrai público. O cassino é um equipamento de turismo que mantém o turista um ou dois dias a mais no destino. Além disso, ele é uma ferramenta de geração de emprego muito poderosa. No ano de 2011, 133 mil brasileiros foram a Las Vegas para jogar. Hoje o Brasil é o maior exportador de jogadores do mundo. 230 mil brasileiros saem do Brasil todos os anos, somente para jogar. Dos cassinos do MERCOSUL, todos são dependentes de brasileiros. 70% da ocupação e 50% do faturamento do Conrad Pulta Del Este Resort & Casino, vem de brasileiros. Disse que então, nós estamos exportando consumo, dividendos e ainda empregos, porque tem toda a cadeia produtiva do jogo. A hotelaria brasileira de 4 e 5 estrelas emprega de 0,6 a 1 funcionário/apto. Num hotel-cassino, essa média sobra para 3,2 por apto, porque nele, há cerca de 85 novas funções/profissões. Sr. Magno disse que acredita que até final do ano o Brasil terá uma lei de jogo. Ter os jogos legalizados. Disse também que terão que fazer escolas para formar essas 85 novas funções, porque não tem ainda essa mão de obra especializada para trabalhar em casas de jogos. Sr. Magno finalizou sua apresentação dizendo que o assunto está avançando, que o congresso está discutindo, que em todas as pesquisas realizadas os índices de aprovação são de 63% a 67% a favor da legalização e que no congresso, esse índice já é maioria. Na Comissão Especial da câmara onde o assunto está sendo discutido, dos 27 membros, 25 são favoráveis e 2 são contrários. Disse que no plenário vai haver alguma oposição, porque há uma bancada evangélica forte e dessa bancada, metade é contra a legalização do jogo, assim como a bancada católica. Sr. Magno se mostrou a disposição para qualquer pergunta e trazer um panorama de que o Brasil já tem jogo e que apenas o estado e a sociedade não tiram proveito desse jogo, pois ele continua na ilegalidade. Sr. Magno agradeceu a atenção e abriu a rodada de perguntas. Sr. Thomaz perguntou se há uma idéia de quantos e quais municípios dentro do Estado do Rio de Janeiro irão receber os cassinos. Sr. Magno respondeu que ainda não há essa definição e que o que se sabe é que a um *lobby* muito forte para um cassino na Barra da Tijuca, de dois grupos americanos: O *Las Vegas Sands* do Sheldon Adelson e o *Casino Station* dos irmãos Fertitta. Disse que eles querem comprar a região onde atualmente está acontecendo as Olimpíadas e que após os jogos estará a venda. Sr. Magno acrescentou que provavelmente se houver um cassino na cidade do Rio de Janeiro não terá outro. E que a Região Serrana e a Região dos Lagos seriam bons lugares para receberem os outros dois cassinos. Disse que ele imagina pelo que está no projeto, que quem vai definir a área que vai receber esses cassinos, vai ser o governador do estado. E que acredita que vai depender da força dos prefeitos em se mobilizarem e cederem essa área. Disse que fez

uma palestra e os prefeitos das cidades de Caxambu, São Lourenço e Lambari compareceram e que essas cidades ficaram muito degradadas com o fechamento dos cassinos. Os prédios que abrigavam os cassinos ainda existem, e essas cidades estão fazendo um consórcio junto com o governo do estado pra quando o jogo for legalizado eles conseguirem atrair pelo menos um cassino para a região. Assim como Araxá, onde o *Grand Cassino de Araxá* está montado aguardando que possa funcionar. Sr. Magno explicou que os hotéis estão fazendo um consórcio e atrai um operador e os hotéis se beneficiam. Disse que em Cingapura existem 3 cassinos, os 3 hotéis cassinos ficam cheios e todos os hotéis ao redor também se beneficiaram, pois quando não tem mais vagas nos hotéis cassinos, as pessoas se hospedam nos hotéis que existem ao redor. Sra. Lucia (Sec. Obras) perguntou como chegou a esse número de 35 cassinos para o Brasil. Sr. Magno disse que questionou o Senador que fez o relatório e colocou 35 cassinos, dizendo que achava muito pouco pois o Uruguai com uma população de 3 milhões de habitantes, tem 35 cassinos. O Brasil tendo uma população de 208 milhões de habitantes, 35 cassinos é muito pouco. Mas o Senador disse que é um número inicial muito saudável. Sr. Magno disse também que defende sempre a construção de Hotel Cassino, pois isso obriga a contratação de mão de obra e desenvolvimento da economia. E nos dois projetos, a mão de obra tem que ser local. O Sr. Jonny perguntou sobre as restrições que a Polícia Federal e a polícia têm quanto ao assunto, contrários a legalização. O Sr. Magno respondeu que são três preocupações: A primeira delas é a questão do controle, se dá para controlar essa atividade (bingo, jogo do bicho e cassino). Explicou então que hoje, qualquer coisa que tenha eletrônica envolvida, é controlada. Nos EUA e na Europa, até as fichas têm chip dentro. O jogo do bicho é um terminal de POS, você coloca um servidor na receita e é controlado. As máquinas de bingo você controla *on-line real time*, as apostas online você pode controlar pelo sistema online. Disse também que tem que ter uma Comissão Nacional de Jogos, ou seja, uma agência com o poder de polícia e de punição. Sr. Magno continuou dizendo que o segundo motivo, é a questão da patologia. Que segundo o Ministério Público, se o jogo for legalizado no Brasil, haverá um aumento do número de jogadores patológicos. Sr. Magno disse que questiona isso porque já existem jogadores patológicos. De 1 a 3% segundo a OMS tem algum tipo de patologia com jogo. Só que não se sabe exatamente a quantidade de jogadores patológicos que existem, justamente porque não existe jogo legal no país. Então não existe uma entidade chamada "Jogo Responsável" pra controlar esse tipo de patologia. Disse que na UE existe o mandato de auto-exclusão e esse mandato é previsto nas duas leis que estão sendo geradas no Congresso Nacional. O sistema de auto-exclusão significa que você pode pedir a exclusão de um parente, ou a própria pessoa que tem o comportamento patológico pode pedir pra ser incluído nesse sistema de impedimento de entrar em uma casa de aposta. Nos dois projetos de lei as pessoas que vão jogar em uma casa de aposta serão identificadas, elas terão um cartão e esse cartão funciona como se fosse um cartão de crédito, com um chip e quando você entra na casa de aposta se sabe a identidade da pessoa e a quantidade de crédito do usuário. É mais fácil de controlar e evita sonegação fiscal. A auto-exclusão pode ser solicitada por parentes diretos ou pela própria pessoa. O terceiro motivo é questão da lavagem de dinheiro. Sr. Magno disse que lavar dinheiro em jogo é caro e arriscado. Do ponto de vista do dono da casa de apostas: ele vai pagar 16,33 de tributos, mesmo tributo que uma empresa prestadora de serviço paga. Além disso, tem o *Royalt*. No projeto que está na Câmara ele está definido em 10% e o do Senado em 15%. No cenário do Senado, se somar os 15% com os 16,33%, são 31%. Então o empresário que for lavar dinheiro no jogo, vai pagar 31% de tributos. Além disso, toda casa de aposta é muito vigiada. Existem atividades mais vantajosas. Do ponto de vista de apostador, menos ainda: O imposto de renda sobre prêmio no Brasil é de 30%. Cada aposta que o jogador ganhar, ele vai ter que pagar 30% de imposto. Também existem atividades mais vantajosas para o apostador.

Sr. Magno disse que além disso também existe uma normativa Ministério da Fazenda, que a cada 10 mil em prêmios ganhos, a casa de aposta tem que informar. Ou seja, se uma pessoa com muita sorte ficar ganhando milhões e milhões em algum momento ela vai ser questionada. Sr. Magno disse então que essas são as três mazelas que o ministério público alega que gostaria de melhorar os controles do projeto de lei pra que não ocorram problemas de lavagem de dinheiro, patologia e ausência de controle. Sr. Jonny perguntou se o centro de convenções é uma das exigências incorporadas ao hotel cassino. Sr. Magno afirmou que sim, que tem que haver um centro de convenções, como uma forma de fazer eventos. E deu o exemplo de Las Vegas que era a capital do jogo e quando o jogo começou a cair, porque foram abrindo outros cassinos em lugares mais próximos às pessoas, se pensou que fossem fechar, os grandes hotéis de Las Vegas tiveram que inventar alguma coisa pra manter a cidade funcionando. Então foram abrindo grandes centros para fazer convenções, pra fazer lutas de Box, para fazer shows e por último, atraíram grandes chefes e grandes restaurantes do mundo inteiro. Las Vegas então se tornou a capital mundial de convenções, porque tinha uma incrível disponibilidade de quartos e tinha que atrair pessoas. Sr. Magno agradeceu a atenção de todos e passou a palavra para o Sr. Germano que disse se tratar de um tema muito atual, que Petrópolis teve uma história muito interessante com o jogo e que é o momento de se começar essa discussão na cidade. Sr. Germano agradeceu a presença do Sr. Magno.

#### **4 – Manutenção do passeio em vitórias como produto turístico de Petrópolis.**

Sr. Germano chamou a Dr. Rosana Portugal para iniciar a apresentação e a mesma agradeceu a presença da Dra. Solimar, representando a OAB que tem acompanhado o trabalho junto à coordenadoria. Agradeceu também a Sra. Camila (PCVB) por colocar esse assunto em pauta, porque é um assunto que gera bastante polêmica e disse que não se tem um posicionamento favorável ou contrário a atividade e sim a apresentação de um trabalho que vem sendo feito pela Coordenadoria do Bem Estar Animal. Sra. Rosana disse que os órgãos responsáveis pela fiscalização direta são: a Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis, Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes. Sra. Rosana explicou que a atenção da mídia e dos protetores dos animais às vitórias começou com a queda do cavalo falcão em 2013, e que houve várias quedas anteriores a essa, mas ainda não havia um órgão que efetivamente atuasse na fiscalização dos animais. Disse então que se reuniram para fazer uma fiscalização periódica dos animais (3 em 3 meses). Por parte do COBEA, cobram vacinação e os veterinários observam cada animal, como eles se apresentam e se estão aptos para a atividade. As viaturas são fiscalizadas pela CPTrans e a parte do roteiro turístico pela FCTP. Sra. Rosana disse que infelizmente em 2013 tiveram que cassar a licença de três condutores por maus tratos aos animais, decorrente da emissão de laudos veterinários. E de novembro de 2013 até hoje, não houve nenhum caso de maus tratos aos animais que fosse precedente. Disse também que fizeram um Curso de Capacitação para os Condutores das Vitórias para que educasse os condutores e então se pudesse cobrar uma boa prática. Nesse curso tiveram 100% de aprovação dos condutores. Há também a vacinação dos condutores e dos familiares contra Tétano e Hepatite B e o monitoramento do cumprimento dos roteiros, em quanto em serviço, como também atendimento aos clientes. Sr. Jonny perguntou a quantidade de profissionais presentes na atividade hoje. Sra. Rosana respondeu que para exercer a atividade, foi estipulado que teria que passar pelo curso e ter uma média estipulada. E que são 13 vitórias e aproximadamente 24 famílias. Sra. Maria Fernanda Secco perguntou quando o curso foi realizado e porque não anualmente. Sra. Rosana disse que o curso aconteceu em 2013 e em 2014. E que como são os mesmos condutores, toda vez que eles têm dúvida ou precisam de alguma coisa, como parceiros eles ligam e recorrem às instituições parceiras. Em 2014, Petrópolis foi destaque no Índice de Competitividade do Turismo Nacional,

realizado pelo Ministério do Turismo, SEBRAE Nacional e Fundação Getúlio Vargas, justamente pelo resultado alcançado pela capacitação dos condutores de vitórias. Dra. Rosana disse que apresentou o trabalho de capacitação dos charreiros na Conferência Internacional de Medicina Veterinária em Porto Alegre, e também foi destaque. Disse que as pessoas estão entendendo a importância da educação e da capacitação como primeira atitude e depois se pensar em uma punição. Dra. Rosana mostrou alguns exemplos de charretes em outros países, como Itália e Alemanha e explicou que aqui em Petrópolis há uma regra para limite de peso e de número de pessoas na charrete. E que a cidade está tentando se adequar ao que há de melhor no mundo. Explicou que há poucos dias, o debate sobre a tração animal em Petrópolis se reacendeu por causa da queda do cavalo Pipoca. Dra. Rosana explicou que o cavalo foi atrelado à sua charrete, saindo de casa e com o dia chuvoso, o asfalto molhado, o cavalo escorregou. Quando o arreio foi cortado, o cavalo levantou. A Dra. explicou também que há um revezamento dos cavalos justamente para que não haja esgotamento físico em nenhum e que o cavalo pipoca, por não estar fraco e nem cansado, levantou facilmente da queda. 1h30 depois, o cavalo já estava sendo examinado e após exames de sangue, foi constatado que o cavalo estava em bom estado e que não houve maus tratos. Dra. Rosana explicou sobre a avaliação que é feita nos cavalos, com fotos dos dois lados e da frente do animal, lêem o microchip para se certificar de qual cavalo estão tratando, por conta da semelhança dos animais uns com os outros, fazem uma medição do tórax para avaliar a média de peso, verifica se houve ganho ou perda de peso de uma avaliação para a outra, verificam a parte de ferragem, fazem o exame clínico e a partir destas avaliações fazem um laudo e encaminham para a CPTrans, para que o cavalo tenha a licença renovada. Está sendo preparada a Lei para criação Conselho Municipal de Proteção e Defesa Animal e será encaminhada à Câmara de Vereadores pra ser votada. Será vinculado à Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento e se encarregará da Política Municipal de Proteção e Defesa aos Animais. Será um órgão colegiado, de composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter permanente, deliberativo e de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e de acompanhamento das Políticas Públicas implementadas pelo município de Petrópolis, nas ações de proteção, defesa e ao bem estar animal. Dra. Rosana se deixou à disposição e agradeceu. Sr. Germano agradeceu à Dra. Rosana e a Sra. Evany disse que o assunto voltou a ser falado porque houve uma seção na câmara de vereadores, em que o PCVB foi convidado a participar e a Sra. Camila Thees sentiu que não era da competência só do PCVB estar avaliando algumas questões então por isso, pediu que esse assunto fosse pauta do COMTUR, por estarem presentes aqui entidades não só do poder público, mas também da sociedade civil. Sra. Evany então trouxe uma apresentação e disse que quando essas discussões começaram a sair nos jornais, ela pensou sobre o que era o passeio em vitória. Então a Sra. Evany levou um material do Ministério do Turismo sobre a Segmentação do Turismo que diz: “Turismo Cultural compreende atividades turísticas relacionadas a vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. Sra. Evany disse que chamou a atenção quando eles usam nessa definição a palavra “vivência” e ainda o que complementa o MTUR sobre vivência: “A definição do Turismo Cultural está relacionada à motivação do turista, especificamente a de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo à experienciá-los e preservar a sua integridade. Vivenciar implica, essencialmente, duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se ao conhecimento, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visita; a segunda corresponde a experiências participativas e de entretenimento, que ocorrem em função do objeto de visita”. Sra. Evany disse que quando reviu esse conceito, pensou que o passeio em vitória estava lidando com

esses dois conceitos importantes. Um é o acesso ao conhecimento que o turista tem quando ele faz o passeio em vitórias, conhecimento não só do circuito histórico, mas o conhecimento que ele vai adquirir de como era a vida e o transporte no século XIX. E a segunda é a questão da experiência participativa, ele não só tem acesso a esse conhecimento como ele estando no passeio, ele tem a experiência como as pessoas do século XIX trafegavam. Sra. Evany disse que esse conceito traz um aporte interessante para reflexão porque as últimas discussões na câmara estão ligadas à questão de transporte e não o acesso ao conhecimento e à cultura. Não considera a experiência que o turista está desfrutando quando faz o passeio em vitória. Disse que é algo que as pessoas que trabalham com o turismo estão percebendo como tendência o proporcionar ao turista, experiências inesquecíveis e não só contemplar o produto como também vivenciá-lo. Sra. Evany disse que acredita que o passeio em vitória proporciona esse algo mais, que é a vivência de um costume do século XIX. Disse também que com base nos conceitos apresentados, entendeu que o Passeio em Vitórias não pode ser considerado somente como um transporte turístico, mas uma Vivência em Turismo Cultural, que proporciona a relação do turista com a cultura, o conhecimento, sendo uma experiência participativa, uma oportunidade de o turista vivenciar um costume do século XIX. Dra. Rosana acrescentou que apesar das manifestações que aconteceram o movimento de charretes continuou com força total. E que o turista não está se incomodando com as falsas denúncias e que ele está tendo o discernimento de olhar o animal e verificar que ele está bem tratado. Sr. Germano disse que do ponto de vista turístico, as pessoas que têm produtos e hotelaria no centro, sabe que o turista adora andar de vitória e disse que o trabalho de monitoramento e punição dos condutores quando necessário que a Dra. Rosana faz precisa ser muito rígido. Sra. Isabela perguntou o que regulamenta a atividade. Sra. Evany respondeu que existe um decreto e a Dra. Rosana acrescentou que o decreto é de 13 de novembro de 2012 e estão tentando fazer um reajuste, mas que eles conseguiram fazer com que os condutores entendessem a necessidade de se fazer a coisa certa. Disse que atualmente eles não os vêem como um órgão punitivo, e sim como parceiros. E que confiam para solução de problemas. Sra. Raquel (FCTP) completou que o decreto é de 2004 e foi atualizado em 2012. Sr. Renato disse da importância da atividade para o desenvolvimento das famílias e o desenvolvimento turístico e que ele não tinha idéia de quão bem estruturada está essa fiscalização. Disse que acha que de alguma maneira o COMTUR poderia divulgar isso e que é completamente desfavorável a troca da vitória por outro meio de transporte. Sr. Germano disse que gostaria de propor um ofício na criação de uma cadeira do COMTUR no Conselho de Proteção e Defesa Animal, junto com a visão do COMTUR. Dra. Rosana disse que a FCTP tem uma cadeira no conselho e que acha interessante a proposta do Sr. Germano. Sra. Isabela Verleun disse que acredita que a discussão tem que ser mais ampla, abordar a atividade como um todo, se estender a questões como: onde fica, forma de cobrança, forma de abordagem, os perigos, as concessões e outras questões importantes à atividade. Sra. Marisa disse que quando o conselho chega à conclusão que as vitórias são um patrimônio cultural de Petrópolis, que circulam na cidade há mais de 70 anos e acredita que a Sra. Isabela se posicionou a favor da qualificação dessa atividade. Sra. Rosana propôs que fosse enviada uma carta do conselho para o IPHAN, para que ele analisasse e transformasse as vitórias em um patrimônio. Sra. Marisa disse que existe um Conselho Municipal de Preservação, que talvez seja mais relacionado à causa. Dra. Rosana deu o exemplo da cidade de Paquetá, onde houve a troca do meio de transporte, pois houve a constatação de maus tratos e entraram em circulação os *tuk-tuks* que estão sendo utilizados também como táxis. Sr. Frederico disse que concorda com o pensamento da Sra. Isabela, é a favor da manutenção do transporte enquanto um meio turístico, que já está historicamente consolidado na cidade e que o que o incomoda como turismólogo e enquanto um atuante dentro do meio

urbano é a preocupação com a questão da permanência dessas vitórias no centro histórico. Tem-se uma questão de equipamento, um local mais aprazível para os animais ficarem, como também de entrada e saída para os turistas, acreditando que na frente do Museu Imperial, não dispõe de um bebedouro, de uma área de sombra e de uma área onde os animais e os tratadores possam fazer as suas necessidades durante o horário de trabalho. Sr. Frederico disse então que por essas questões, ele compartilha do pensamento da Sra. Isabela de que compete ao município problematizar a manutenção desse produto. Sra. Evany deu a idéia da criação de um grupo de trabalho, para essas questões serem discutidas e depois trazidas para o COMTUR. Dra. Rosana e o Sr. Thomaz apoiaram a criação do grupo e o Sr. Thomaz disse que não só a discussão do produto turístico, mas que tem que ser pensada uma campanha de conscientização da população a respeito da atividade. Sra. Evany disse que nos dias 29 de junho e 1º de julho houve um pré-teste dessa ação de conscientização. Houve uma reunião entre algumas pessoas representando as vitórias, com a Sra. Drica Madeira e surgiu a idéia de oferecer aos petropolitanos (com apresentação de comprovante de residência) um passeio de graça. Isso foi divulgado nas redes sociais. Sra. Raquel disse que no dia 29 de junho foram 69 passeios com 276 petropolitanos. No dia 1º de julho foram 32 passeios com 96 petropolitanos, totalizando 101 passeios e 372 pessoas que vivenciaram a experiência do passeio em vitórias. Sr. Frederico disse que acha importante o COMTUR enviar um ofício diretamente para o Presidente da Câmara, manifestando o apoio à manutenção das vitórias. Sr. Germano propôs a organização do GT que ficou composto por: Sra. Isabela, Sra. Camila, Dra. Solimar, Dra. Rosana, Sra. Marisa, Sra. Maria Fernanda, Sra. Aymê e Sra. Raquel e um nome a ser decidido como representante dos condutores.

## **5. Assuntos Gerais:**

Sr. Germano disse que conseguiram fazer o curso de boas práticas em gastronomia que estavam tentando. A Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação conseguiu apoiar uma boa parte do curso junto ao SindPetrópolis. Estará presente uma professora de Goiania para ministrar o curso e que é uma realização do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Petrópolis junto ao Sindicato de Teresópolis nos dias 3 e 4 de agosto. Essa especialização capacita a ser um profissional reconhecido no mercado profissional de Petrópolis.

Sr. Germano disse que recebeu uma carta da AGFAP e será encaminhada.

Sr. Thomaz deu um resultado a respeito do Mercado Germânico na Bauernfest. Disse que foi uma boa experiência e que deve gerar um desdobramento para o segundo semestre. Sr. Renato lembrou que foi uma parceria da Igreja Luterana com as famílias alemãs do Bingen, que eles receberam muitos elogios com os produtos artesanais feitos pelos descendentes e agradeceu ao COMTUR e a Fundação de Cultura e Turismo pela oportunidade onde a idéia nasceu. Disse que a idéia gerou em torno de 22 mil e 700 reais para os envolvidos e fornecedores. Sr. Thomaz disse que no geral foi bastante favorável e que vão discutir a realização disso outras vezes. Sr. Renato disse que foi favorável também, pois a Igreja Luterana e as famílias do Bingen criaram novamente uma identidade, um relacionamento com a festa. Pois criou a possibilidade de trazer geração de renda familiar através da festa. Sr. Germano agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 18h18.

Presidente do COMTUR

Secretaria